

O Fascínio da Economia

por João Ferreira do Amaral



8 de Fevereiro

A Economia Ética:

Bentham, Marx e Aristóteles

15 de Fevereiro

A Economia Positiva:

Microeconomia e Macroeconomia

22 de Fevereiro

A Economia Normativa (I):

Política Económica e Gestão

1 de Março

A Economia Normativa (II):

O Estado, a Propriedade e o Futuro da Economia

É inegável o fascínio com que hoje são encarados os fenómenos económicos, bem traduzido no largo espaço a eles reservado nos grandes meios de comunicação. Tudo parece ser Economia, a todos ela parece condicionar. E, no entanto, tal fascínio coexiste – porventura de forma surpreendente – com uma generalizada iliteracia económica. Será que a Economia se impõe ao Homem ou será possível pô-la ao seu serviço? E o que se deve entender por serviço do Homem? Tudo é “económico”? Sabemos nós explicar por que razão há economias que prosperam e outras que estagnam? Porque é que certas empresas se desenvolvem e outras

vão à falência? Até que ponto sabemos prever crises económicas? E será que elas são inevitáveis? Que fazer para combater o desemprego? Quais serão as consequências económicas da aceleração da globalização? E do envelhecimento da população?

Com estas e muitas outras questões relativas à Economia, nos confrontamos a toda a hora, mesmo que disso não tenhamos consciência. Muitos sentem-se derrotados nesse confronto.

As conferências não têm a pretensão de dar uma resposta única e definitiva a todas estas questões. A sua intenção é outra: é a de fornecer, a quem não é economista, os meios de compreensão necessários para lhe permitir formular uma opinião mais fundamentada da real importância das questões, da medida em que a ciência económica as sabe resolver e dos motivos pelos quais, para alguns problemas, ela não encontra respostas satisfatórias.

1 de Março

A Economia Normativa (II):

O Estado, a Propriedade e o Futuro da Economia

O Estado e a economia

A visão que se vai dar do papel do Estado na economia decorre de uma certa concepção de Política Económica. Mas também de Economia Ética, apoiada nas concepções inspiradas em Aristóteles. Uma visão utilitarista não aceitará uma boa parte do que se segue.

O papel do Estado na economia é essencial. Por mais que, de um ponto de vista ideológico, se tente minimizar este papel, a verdade é que o funcionamento de uma economia de mercado exige um Estado forte e actuante. E não apenas um estado polícia ou um estado mínimo.

A primeira missão do Estado relativamente à economia é a de ser o garante

último do funcionamento do sistema económico. Ou seja, quando a economia entra em processo de degenerescência o Estado tem a responsabilidade, através da utilização dos instrumentos ao seu dispor, de reverter a situação e estabilizar o sistema económico.

A efectivação dessa responsabilidade está dependente de uma condição essencial: que é a do Estado não poder estar dependente dos mercados financeiros para cumprir as suas obrigações, ou seja deve ter ao seu dispor a emissão monetária como último recurso de financiamento, de forma de garantir que nunca entra em bancarrota.

Infelizmente, o que se passa na União Europeia e em particular na zona euro é, deste ponto de vista, de uma enorme gravidade. Ao proibir a emissão monetária para suporte dos Estados, a União colocou-os nas mãos dos mercados financeiros, enfraqueceu-os profundamente e o impacto sobre o funcionamento das economias europeias poderá ser desastroso.

Uma segunda missão do Estado é a de corrigir a natural tendência da economia de mercado para gerar exclusão e desigualdades. Neste domínio, o Estado tem necessariamente de prosseguir políticas que tenham como finalidade o aumento do emprego e também políticas de combate directo à exclusão. Um exemplo dos mais importantes é o da acção do Estado face ao envelhecimento da população.

Um paradoxo chocante das sociedades europeias envelhecidas é o de, com a justificação de garantir a sustentabilidade da segurança social, se ir aumentando a idade da reforma, ao mesmo tempo que as sociedades têm um problema sério e cada vez mais intratável de desemprego dos jovens. Este paradoxo não se resolve devido ao complexo anti-Estado que leva a reduzir as receitas públicas mesmo que tal leve a pactuar com profundas

TERÇAS-FEIRAS 8, 15, 22 DE FEVEREIRO, 1 DE MARÇO DE 2011 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

FUNDAÇÃO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Culturgest

distorções. O que se passa é que, enquanto um reformado (num sistema de segurança social do tipo repartição) tem direito a que o Estado lhe pague a sua pensão, um desempregado jovem não tem qualquer sustento por parte do Estado e espera-se que seja a família a sustentá-lo. A correcção deste paradoxo é cada vez mais urgente.

Mas o Estado é também produtor. Assim, um terceiro tipo de missão do Estado tem que ver com a produção de bens públicos e de bens de mérito.

Um *bem público* é um tipo de bem que tem três características: é *não rival* (pelo facto de ser usufruído por alguém não se impede que outros usufruam também), *não exclusivo* (não se pode excluir ninguém de usufruir o bem) e *não divisível* (não é susceptível de ser repartido e essas partes serem usufruídas individualmente). O bem público mais puro é a defesa nacional. Mas outros aproximam-se dessa qualificação como seja, por exemplo, uma boa qualidade do ar quando esta não é natural mas produzida, ou seja, quando há acções não gratuitas que são tomadas para garantir essa qualidade. Um bem público não pode ser produzido pelo mercado porque há incentivo para quem pretenda usufruir dele se exima ao pagamento do custo, já que não pode ser excluído dele. Por isso, tem de ser financiado por impostos cobrados pelo Estado.

Os *bens de mérito* são bens que podem ser produzidos pelo mercado mas a sua produção, se for deixada apenas ao mercado, será muito inferior às das necessidades da Sociedade. A saúde, o apoio aos idosos, a educação, a cultura e a investigação científica são possivelmente os bens de mérito mais importantes. O Estado deve ter, portanto, um papel preponderante no financiamento da procura ou mesmo na produção destes bens.

Um quarto tipo de missão tem a ver com os sectores estratégicos. Sectores estratégicos são aqueles que são tão importantes para a sociedade que: ou a sua produção não pode ser descontinuada (os serviços de interesse geral) ou, pelo seu impacte sobre a Economia não podem ir à falência (os bancos por exemplo) ou são essenciais para a continuidade do país como comunidade dotada de uma

certa identidade e de autonomia política (por exemplo, transportes aéreos ou canais de televisão).

Nem todos os sectores estratégicos necessitam de participação estatal. Mas naqueles em que seja essencial manter um centro de decisão nacional, a única forma de garantir essa manutenção é através da participação do Estado, uma vez que qualquer participação privada, a qualquer momento, pode ser vendida ao exterior.

Um quinto tipo de missão é o que responsabiliza o Estado como macro-gestor do investimento da economia. Ou seja, o Estado deve criar permanentemente as condições para que a Sociedade invista o necessário, tanto no capital físico como no capital humano. Essas condições podem passar pelo investimento público ou por incentivos ao investimento privado.

Um exemplo: a economia de mercado sofre necessariamente de miopia em relação ao futuro, pelo que um investimento que se pague a 40 ou 50 anos, poucos investidores atrairá, mas poderá ser um investimento essencial para as gerações futuras. Cabe ao Estado ser defensor das gerações futuras e criar as condições para que esses investimentos se realizem.

Ao contrário do que se pretende fazer crer, o futuro das nossas sociedades irá provavelmente fazer aumentar ainda mais as responsabilidades do Estado. O envelhecimento da população - fenómeno que ainda estamos muito longe de conhecer em todos os seus contornos, é só por si um factor poderoso nesse aumento de responsabilidades.

Mas surge agora uma questão de grande importância: será possível compatibilizar estas crescentes responsabilidades do Estado com a globalização que, aparentemente, retira poder aos Estados?

Na realidade, a resposta deve ser afirmativa, uma vez que não há razão para que o Estado perca poder com a globalização. A maior interdependência decorrente da globalização só por si não leva a essa efeito. Tudo estará em gerir adequadamente as dependências. Mesmo nos aspectos mais sensíveis como sejam o da tributação.

Nesse aspecto, o modelo da União Europeia, ao apostar no excessivo cen-

tralismo e no debilitamento dos estados membros de menor dimensão, dificilmente poderá ser adequado às necessidades, actuais e futuras, das nações europeias.

João Ferreira do Amaral

João Ferreira do Amaral é Doutor em Economia, Professor catedrático aposentado do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Autor dos livros *Curso Avançado de Análise Económica Multi-sectorial*, *Política Económica e Economia da Informação e do Conhecimento*.